

Congresso quer limpar a pauta até o recesso

24 NOV 1985

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A dez dias do recesso parlamentar, que começa a 5 de dezembro, o Congresso Nacional deverá votar, a partir de terça-feira, todas as matérias ainda pendentes, como o vale-transporte, já acolhido pela Câmara e esperando aprovação no Senado. Além dos projetos em tramitação, o Congresso poderá receber amanhã ou depois duas outras proposições do governo — uma concedendo reajuste salarial aos servidores públicos e a outra relativa às novas normas tributárias.

Terça-feira, em sessão noturna, o Congresso poderá rejeitar o Decreto-Lei nº 2.159/84, baixado pelo ex-presidente João Figueiredo, que alterou o sistema de promoções dos procuradores da República, beneficiando principalmente o então procurador-geral Inocêncio Mártires Coelho. Será a primeira vez que o Congresso, por sua iniciativa, rejeitará um decreto-lei. No governo passado, houve a rejeição do Decreto-Lei salarial nº

2.020, mas por acordo com o governo, que o substituiu por outro até hoje em vigor para a política salarial.

O Senado, isoladamente, deve votar, além do vale-transporte, diversos projetos de resolução que autorizam Estados e Municípios a contrair empréstimos externos e internos. Estão pendentes também de aprovação pelo Senado 19 mensagens do presidente da República com indicação de nomes de embaixadores.

Na Câmara, o projeto mais importante ainda não votado é o que reduz de 12 para 6 meses o prazo para filiação partidária, importante para os políticos que pretendem candidatar-se às eleições gerais de 15 de novembro do próximo ano. Esse projeto é de iniciativa do governo. Além do "pacote tributário", a ser formalizado, o Congresso deve votar os projetos do Plano Nacional de Informática e do Plano Nacional de Desenvolvimento — PND. O acúmulo de matérias vai, inclusive, obrigar o Senado e a Câmara a realizarem sessões extraordinárias sábado e domingo.